

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS - CESC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Entre Melodias e Violências: Uma análise da(s) representação(ções) da mulher
brasileira nas músicas.**

Amanda Thays Alves Mendes

Caxias - MA

2024

Amanda Thays Alves Mendes

Entre Melodias e Violências: Uma análise da(s) representação(ões) da mulher brasileira nas músicas

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais com o objetivo de obter o diploma de licenciada em Ciência Sociais.

Orientadora: Gleiciane Brandão Carvalho

Caxias - MA

2024

M538e Mendes, Amanda Thays Alves

Entre melodias e violências: uma análise da(s) representações da mulher brasileira nas músicas / Amanda Thays Alves Mendes. __Caxias: Campus Caxias, 2024.

50f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^a. Gleiciane Brandão Carvalho.

Cultural; 2. Feminino; 3. Música; 4. Violência. I. Título.

CDU 305

Amanda Thays Alves Mendes

Entre Melodias e Violências: Uma análise da(s) representação(ções) da mulher brasileira nas músicas

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em Ciências Sociais.

Trabalho defendido e aprovado em: 21 / 03 / 24

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho - Orientadora
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Profa. Dra. Rosane Lopes e Silva - Membro Examinador
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Prof. Me. Francisco Weriquis Silva Sales - Membro Examinador
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Agradecimentos

Entrega tuas obras ao senhor, e teus planos serão bem sucedidos. Provérbios 16:3 Bons sentimentos tomam conta de mim, ao lembrar que aquele sonho de criança está próximo de se tornar realidade. Que aquele sonho, da sala de aula fictícia, não será mais só uma imaginação. Que o sonho de ser aquela professora que só anda carregada de bolsas, se tornará real.

A maior verdade que já li, é que só um processo nos leva de um lugar para outro. De um nível para outro. E este processo dentro da UEMA foi sinônimo de novas descobertas e grandes desafios. Ansiedade e medo, mas também de muito esforço e vontade de ficar. Este processo foi de grande desconstrução.

Para além de conquistas acadêmicas, a universidade (UEMA) em si, me mostrou e me revelou que eu consigo, escancarou todos os meus sentimentos e me deixou frente a frente comigo mesma, e só assim eu pude me reinventar e ser uma pessoa melhor. Desse modo, quero externar a minha grande admiração e gratidão a mim, por ter me permitido ir além e não ter desistido no decorrer do processo, que por muitas vezes foi pesado e dolorido, mas fugir do processo nunca foi uma solução, pelo contrário, se eu tivesse fugido dele, eu teria fugido de mim mesma.

Agradeço às minhas duas vidas, meus avós/pais... Cazuza e Fátima, que mesmo com todas suas simplicidades, incentivo e acolhimento nunca me faltaram. Vocês, pai e mãe são minhas sombras. Eu amo mil milhões os dois. Dedico minha gratidão mais que especial, a minha tia Adriane, a mulher que eu mais admiro, sem os seus maravilhosos conselhos nada disso seria realidade. Obrigada minha tia, você foi essencial na minha trajetória. Ao meu irmão, Anderson, que amo tanto, essa conquista é nossa. E a minha querida mãe Tatiana, que ralou tanto, para me manter aqui, e sonhou juntamente comigo, minha eterna gratidão. Amo você!

Quando se fala em gratidão, o meu coração exulta, por que eu sempre sou muito sortuda com os presentes que a vida me dá, e não diferentemente esses quatros anos de UEMA, eu ganhei irmãs/amigas e parceiras, Giovana e Lilian, eu sou fã de vocês, obrigada por todo amor, amigas! Mesmo distante, estamos juntas sempre. Vocês foram e são primordiais. Obrigada.

Por fim, agradeço à minha orientadora Gleiciane, que segue a mesma linha de pesquisa deste trabalho. Obrigada, por toda paciência e por ser esta mulher, que eleva outras mulheres. E foi neste processo vivido e vencido, que cheguei em um novo lugar, em um novo eu.

RESUMO

A violência contra a mulher está presente na sociedade brasileira há vários anos. Porém, devemos aprofundar a discussão da maneira como tal crime se faz presente e é propagado dentro do nosso sistema patriarcal. A música também é um produto cultural relevante dentro do nosso contexto e a maneira como suas letras são um reflexo da sociedade como um todo, nos levou a considerá-la enquanto um objeto de estudo com aspectos dos ideais machistas. Assim, temos como objetivo geral analisar músicas contemporâneas sob a perspectiva da violência contra a mulher. E como específicos: aprofundar o conhecimento sobre a violência e sua expressão; revisar a posição feminina em diferentes contextos históricos e geográficos; e investigar como ambos os assuntos estão presentes nas canções contemporâneas. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica através da leitura de artigos e livros que fundamentam nossas ideias. Utilizamos então autores como Arendt (2004), Foucault (2012), Lerner (2019), Engels (2019), Muraro (1997), Boas (2010), Bourdieu (2002) e outros como embasamento.

Palavras-chave: Cultura; Feminino; Música; Violência.

ABSTRACT

Violence against women has been prevalent in Brazilian society for several years. However, we must deepen the discussion regarding how such crime manifests and propagates within our patriarchal system. Music is also a relevant cultural product within our context, and the way its lyrics reflect society as a whole has led us to consider it as an object of study with aspects of misogynistic ideals. Therefore, our general objective is to analyze contemporary music from the perspective of violence against women. Our specific objectives are to deepen knowledge about violence and its expression; to review the position of women in different historical and geographical contexts; and to analyze how both topics are present in contemporary songs. To do so, we conducted a bibliographic research through the reading of articles and books that support our ideas. We then used authors such as Arendt (2004), Foucault (2012), Lerner (2019), Engels (2019), Muraro (1997), Boas (2010), Bourdieu (2002), and others as a foundation.

Keywords: Culture; Feminine; Music; Violence.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
2 O QUE É VIOLÊNCIA?	10
2.1 Um percurso histórico pela violência.....	13
2.2 Violência: Entre o feminino e masculino	18
3 BRASIL E OS DESDOBRAMENTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	22
3.1 Violência contra a mulher: um percurso histórico.....	23
3.2 O feminicídio no Brasil	29
3.3 Percursos até a lei Maria da Penha.....	32
4 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UMA PERSPECTIVA LÍRICA	35
4.1 A violência poética.....	37
4.2 Análise de canções contemporâneas	40
4.3 O lirismo brasileiro numa perspectiva da violência	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	48

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não considerar a violência enquanto um fator essencial dentro de nossa sociedade se torna uma tarefa árdua por diversos motivos. Durante diferentes períodos históricos, a violência apresentou-se enquanto uma forma de definir o mundo, mostrar soberania e até mesmo entreter pessoas. Portanto, quando entendermos sua importância, podemos desbravar aspectos sociais das mais diferentes camadas de nossa sociedade.

Dentro desses aspectos, foi possível encontrar diferentes posições que a mulher ocupa enquanto sujeito social em diferentes momentos históricos e geográficos. Assim, é necessário que haja um cruzamento de ambos os aspectos tendo em vista a forma como a violência contra a mulher está presente na contemporaneidade.

Em um momento inicial, observamos a maneira como diferentes aspectos culturais representam a mulher. Dentro da nossa atualidade, é possível notar com frequência o consumo de músicas em diferentes ambientes e também como um fator fortemente presente. Devido a extensão de seu alcance, uma vez que pode estar presente em ambientes infantis ou adultos, ouvida por diferentes públicos que estão consumindo um discurso com aspectos problemáticos. Portanto, a análise dos discursos nas músicas se faz necessário pela necessidade de criticar e se atentar para esse lado de nossa cultura.

Para tanto, buscamos empreender uma pesquisa bibliográfica sobre como violência e o feminino se envolvem, procuramos informações em diferentes autores e artigos acadêmicos. Além disso, realizamos uma análise das letras musicais contemporâneas para que possamos aprofundar a maneira como esses discursos reproduzem a violência contra a mulher. A análise é feita através da transcrição das letras e o diálogo com diferentes dados e autores que fomentam uma discussão sobre o que está sendo apresentado ao ouvinte.

Assim, nosso objetivo principal é analisar músicas contemporâneas sob a perspectiva da violência contra a mulher. Enquanto os específicos são: aprofundar o conhecimento sobre a violência e sua expressão; revisar a posição feminina em diferentes contextos históricos e geográficos; e analisar como ambos os assuntos estão presentes nas canções contemporâneas.

O trabalho busca compreender a maneira como algo tão presente em nossa sociedade quanto a música serve enquanto um agente do patriarcado para perpassar seus discursos. Portanto, sua relevância está na contribuição com esse assunto tão difundido tanto academicamente quanto fora da academia através de uma análise que envolve diferentes áreas científicas como o social e análise do discurso.

Assim, nosso trabalho foi dividido em três capítulos sendo os dois primeiros uma exploração dos dois principais fatores que analisamos nas canções. O capítulo inicial explora o conceito de violência e busca aprofundar como esse fenômeno se expressa no meio social. Já no capítulo seguinte tratamos do feminino e sua posição dentro de diferentes sociedades desconstruindo discursos tradicionalistas. Por fim, analisamos as músicas selecionadas a partir do que foi construído e com auxílio de dados de pesquisas.

Além disso, devido a normalização de determinadas falas machistas e patriarcais, faz-se necessário que haja uma análise profunda da temática. Assim, poderemos ter uma compreensão da dimensão das raízes desses aspectos em diferentes gêneros musicais, e na música como um todo. De maneira que nossa proposta é ter esse olhar diferente sob esse produto cultural sem desrespeitá-lo enquanto enriquecedor cultural.

2. O QUE É VIOLÊNCIA?

O século XX foi um momento da história humana extremamente marcado por guerras e revoluções. Todos esses acontecimentos geraram marcas na maneira como entendemos a complexidade do mundo e a forma que determinados poderes podem chegar para alcançar seus objetivos, sendo eles desde movimentos de liberdade à repressões por governos ditatoriais. Esses acontecimentos que atingiram uma escala nunca antes vista com conflitos em níveis catastróficos como a I e II Guerras Mundiais mudaram completamente a forma como entendemos o mundo.

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma pensadora política e teórica social de origem judaica, com origem na Alemanha, teve uma influência significativa na filosofia política do século XX. Sua vida e obra foram moldadas pela experiência do século XX, incluindo o nazismo, o totalitarismo e os horrores do Holocausto. Ao refletir sobre o momento em que vivia a autora diz que:

Essas reflexões foram provocadas pelos acontecimentos e debates dos últimos anos, vistos no contexto do século XX, o qual tornou-se de fato, conforme predissera Lênin, um século de guerras e revoluções. *Portanto, um século da violência* que atualmente se acredita seja seu denominador comum (Arendt, 2007, p. 4, *grifo nosso*).

A fala de Arendt nos mostra a visão da autora que havia vivido tão presentemente dentro do que seria esse século após sua prisão em um campo de concentração na França. Os acontecimentos que marcaram a segunda guerra foram extremamente violentos, não só pela forma como tratavam as pessoas dentro daquele período de tempo, mas também sua marca na história. Porém vale destacar uma questão em comum dentro do fragmento, a autora define o Séc. XX como um século da violência, de forma que levanta a questão: o que seria violência? Nas falas da filósofa podemos marcar como:

A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los (Arendt, 2007, p. 4).

Para a escritora, a violência é um meio que garante os fins. As reflexões de Hannah Arendt são fortemente influenciadas por suas vivências, uma vez que a maneira como ela enxerga a violência está pautada nos horrores que presenciou. Entender isto em sua visão é observar a maneira como a disputa de poder chegou a um nível em que o uso dos meios violentos são essenciais para mantê-lo. Portanto o que a violência é para Arendt pode ser visto como um meio para manter o poder e sendo essencial na manutenção de uma causa de forma que, como dito por ela, justifica-se pelo fim que será utilizado.

Porém a visão de Arendt da violência não é de forma alguma como uma posição benéfica, sua posição mostra que a violência se trata de algo extremamente momentâneo, incapaz de domar a natureza humana a longo prazo. Arendt argumenta que a violência é uma forma de poder que é baseada na força física, mas que não é sustentável a longo prazo, pois não é capaz de criar um consenso duradouro. Em vez disso, defende que o poder deve ser baseado na persuasão e no diálogo, e que a violência deve ser evitada sempre que possível. "O poder e a violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em declínio, mas só serve para precipitar esse declínio." (Arendt, 2007, p. 44).

Assim, a visão da autora da violência é de uma questão pragmática, com o uso em evidência e de forma alguma gratuita. Porém há algo intrínseco à violência para Hannah Arendt, o poder. Sua caracterização dessa nomenclatura é pode ser resumida como "O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido." (Arendt, 2007, p. 27). Portanto, a escritora não utiliza de uma visão micro para entender a sociedade, se referindo ao poder enquanto uma questão que envolve mais de um indivíduo.

Michel Foucault em seu livro *Microfísica do Poder* analisa a existência do poder classificando-o enquanto

[...] a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (Foucault, 2012, p. 141).

Sua forma de entender o poder é baseada na ideia de uma grande escala desorganizada que não pode ser classificada enquanto de fato algo. A ideia principal do autor sobre o poder está centrado na não existência concreta de tal fenômeno, para colocar em exemplos, podemos dizer que enquanto em um país existe uma forma de organizar a sociedade, ou seja, dar o poder para alguns perante outros, pode existir uma força que viria a abalar esse sistema e daí surge, onde estaria o poder? Uma vez que a própria organização social é extremamente desordenada.

Portanto existe, em certo grau de diferença entre seu entendimento filosófico e o de Hannah Arendt que afirma a existência desse poder e de sua importância para a "legitimação" da violência. Além disso, Foucault comenta sobre como o poder se trata principalmente de uma relação social entre indivíduos, em que um indivíduo pode influenciar o comportamento do outro. Nessa questão podemos entender ambas as visões e fundi-las em uma só, pois apesar dos autores estarem comentando sobre escalas maiores, também é válido tentar entender como a violência e poder, ambos tão fortemente ligados como proposto aqui, estão presentes dentro das relações domésticas, por exemplo.

Em linhas gerais "*Microfísica do Poder*" é um conceito desenvolvido por Michel Foucault que se refere ao poder como uma rede de relações que permeia todas as esferas da vida social, desde as relações interpessoais até as instituições políticas e

econômicas. Em vez de ver o poder como algo que é exercido por indivíduos ou grupos dominantes, Foucault argumenta que o poder é difuso e está presente em todas as relações sociais. Ele usa o termo "microfísica" para descrever como o poder é exercido em níveis muito pequenos e cotidianos, através de práticas disciplinares, normas sociais e instituições. Em vez de se concentrar nas grandes estruturas de poder, Foucault argumenta que é importante analisar como o poder é exercido em níveis microscópicos para entender como ele funciona e como pode ser contestado.

Podemos entender então que o poder e a violência estão intrinsecamente ligados pois como diz Arendt, é uma forma de assegurar e manter o poder. A tese de Foucault nos mostra como esse fenômeno está presente nas mais diversas esferas, por isso seria micro, portanto é importante analisar como esse poder dentro das relações cotidianas está sendo utilizado para "justificar" a violência. Nisso podemos pensar no patriarcado ocidental, por exemplo, um conceito que justificou a violência por milhares de anos e continua a estar infestando nossa sociedade.

2.1. Um percurso histórico pela violência

A violência esteve presente em nossas sociedades desde seus primórdios. Se observamos por exemplo o reino animal, as maneiras sanguinárias de manter uma cadeia alimentar harmônica estão em constante movimento onde há mortes, muito violentas, partindo por diversos animais. Já a humanidade possui outras maneiras de manter sua cadeia alimentar que partindo dos pensamentos de Foucault e Arendt, podemos considerar uma cadeia de poderes. Assim como a cadeia alimentar, a nossa maneira de se organizar se baseia na violência.

Em povos "sem poder judiciário instituído, cabe ao conjunto de interdições, sacrifícios e rituais desempenhar esse papel" (Girard, 1990, p. 9). Tais mecanismos foram instituídos em tais sociedades, ditando regras e comportamentos, que não deveriam ser quebrados sob o perigo de punições sacrificiais. Os sacrifícios eram ritualizados, Girard (1990, p. 27), afirma que eles possuíam "a função de apaziguar as violências intestinas e impedir a explosão de conflitos [...], incessantemente exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias", com o intuito de acalmar os instintos violentos de quem os assistia.

É possível considerar que os sacrifícios podem ser formas punitivas que controlavam as sociedades com intuito de diminuir os conflitos, delitos e crimes.

Podemos observar a partir do que é colocado a maneira como a violência dentro de tais sociedades é também vista como uma necessidade. Nesses sacrifícios, muitas vezes assistidos, a forma que os demais encontravam para expressar suas raivas era através da violência e da punição causada por infringir leis que os demais seguiam. Portanto é importante considerar a maneira que a natureza humana reage a violência também como algo louvável e justificável.

A partir da Idade Média, fortemente regida pelo feudalismo, a violência e as relações de poder começam a tomar novos rumos. Se antes as pulsões pelos atos violentos era uma ação que poderia ser expressa publicamente, com a organização de uma sociedade pautada em diferentes poderes com pessoas em diferentes cargos, há uma nova maneira de entender seus modos. Bernaski e Sochodolak (2018) comentam que “as pessoas se tornavam mais comedidas, pois controlavam seus impulsos selvagens ao se distinguirem das demais.” (p. 46). Portanto isso gera uma forma inédita de controlar seus impulsos para mostrar a maneira como se é mais civilizado que os demais, reforçando seu poder sobre os outros gerando uma violência baseada em pequenos atos.

De certa forma, é essencial também refletir como, em muitos casos, existiu um retorno à forma primitiva de cometer violência. Durante a Revolução Francesa, enquanto os nobres estavam presos em meios de poder fortemente pautados no que é caracterizado pelos autores supracitados, nas ruas de Paris o povo clamava por justiça. Essa euforia gerou um evento fortemente marcado na memória coletiva que é a decapitação do rei e rainha (Maria Antonieta) em espetáculo amplamente assistido pelo povo. Portanto, o povo toma o poder, que foi instituído pela sociedade aristocrata para si, através de um ato de violência.

Quando voltamos o olhar para nosso país percebemos a forma como a violência está cravada em sua concepção. Bernaski e Sochodolak (2018) dizem que “A violência que se configura no Brasil, atualmente, é fruto do processo histórico e tem suas origens na colonização” (p. 49). Sua maneira de entender o Brasil necessita que haja uma reflexão sobre sua formação e os meios expansionistas adotados por Portugal para colonizar nossas terras.

Em Casa Grande e Senzala Gilberto Freyre (2003) argumenta que a sociedade brasileira foi moldada pela relação entre o senhor de engenho e seus escravos, que criou uma hierarquia social baseada na exploração e na dominação. Ele também discute as características culturais e sociais dos habitantes do latifúndio, que ele

acredita que não são suficientes para construir uma nação, desenvolver um país capitalista ou construir uma sociedade democrática. Destacamos uma fala do autor no início de seu livro:

Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens (p. 32-33).

Portanto, na concepção de Freyre nosso país foi constituído através do domínio português utilizando a força indígena e negra para reforçar seu poder. É interessante observar a forma como essa questão mostra a forma como a violência formou-se em nosso país, os portugueses utilizaram de suas armas para instituir-se enquanto dominantes para, em seguida, utilizar das forças dos dominados na formação de nosso país. Essa organização social mostra como os portugueses utilizaram-se da concepção discutida anteriormente de diferenciar através do controle dos impulsos, mas mantendo controle daqueles que julga para caso fosse necessário utilizar a força e os “impulsos selvagens”.

Em virtude disso, devemos entender a maneira como o primeiro contato entre portugueses e indígenas se desenvolveu. Podemos dizer que:

O processo de colonização que subjugou os autóctones por séculos teve a contribuição da Igreja católica ibérica, que tinha por objetivo cristianizar os povos que não compartilhavam dos códigos culturais dos ocidentais, como os indígenas (Hansen *apud* Bernaski; Sochodolak, 1998).

Portanto, a colonização brasileira foi principalmente uma transposição forçada de uma cultura ocidental já pré-estabelecida na Europa nos povos originários de nosso país. Apesar de alguns historiadores apontarem uma relação quase pacífica entre esses povos, o que aconteceu foi uma resistência por parte dos indígenas de aceitar a cultura cristã, gerando uma revolta que foi combatida com força e violência. Essa maneira violenta já inaugurou as primeiras bases do povo brasileiro, porém é válido dizer que a resistência indígena é algo notável de forma que muitos de seus costumes mantêm-se até hoje:

Não podemos negar que os indígenas tiveram suas terras dominadas, tendo sido aglutinados nos aldeamentos. No entanto, a civilização praticada há

séculos, inserida por distintas políticas indigenistas ainda no período da Colônia, como também no Império, foi rejeitada pelos indígenas, pois eles tinham seus princípios culturais, desenvolvidos há séculos, aos quais seguiam (Bernaski e Sochodolak, 2018, p. 51).

Assim, a violência praticada pelos colonizadores resultou na expulsão desses povos de suas terras. Hoje, sabemos que existem diversas áreas espalhadas pelo nosso país que são reservas indígenas, garantidas por lei e que surgiram a partir da reflexão de sua contribuição para a formação de nosso país. Apesar disso, também é notável a maneira como essas áreas estão em constante ameaça e que não são o suficiente para retaliação aos atos cometidos pelos colonizadores no passado que tem sua marca até hoje.

Porém muitos povos foram “integrados” à sociedade colonizadora gerando assim problemas que não existiam até então. Entender que muitos problemas, fortemente ligados a violência, de nosso país são frutos da colonização é relevante para podermos entender as nossas relações sociais contemporâneas. Com esses atos, surgiram também questões que estão presentes em nosso país até hoje. Freyre (2003) aponta que com o advento do meio capitalista português:

Ocorreu então a dissolução de muita família cristã de caboclo pela falta de base ou apoio econômico: aumentando dentro de tais circunstâncias a mortalidade infantil (dada a miséria a que ficaram reduzidos numerosos lares cristãos, artificialmente organizados) e diminuindo a natalidade, não só pela “falta de propagação”, como pelos abortos praticados, na ausência de maridos e pais. por mulheres já eivadas de escrúpulos cristãos de adultério e de virgindade (p. 120).

Portanto vemos a maneira como os meios de produção fortemente ligados ao meio capitalista de lucro começaram a atingir os povos originários, gerando abandono paternal e conseqüentemente novos meios que diminuíram a natalidade. Esses problemas ainda são extremamente pertinentes em nosso país que é baseado em violência, poder e desigualdade social, uma vez que o abandono também é fruto da falta de capital por parte de diversas pessoas para sustentar suas famílias.

Freyre ainda realça um povo extremamente importante para a constituição do Brasil, os africanos. Para eles o autor destaca que “Por todos esses traços de cultura material e moral revelaram-se os escravos negros, dos estoques mais adiantados, em condições de concorrer melhor que os índios à formação econômica e social do Brasil. Às vezes melhor que os portugueses” (2003, p. 193). Mas devemos nos perguntar,

como esse povo chega em nossas terras? Qual seu papel em sua formação? Para isso, Abdias Nascimento (2016) comenta que:

O ponto de partida nos assinala a chamada "descoberta" do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de "força de trabalho"; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (p. 48).

Vemos então a maneira como os povos negros estão aqui a quase tanto tempo quanto os portugueses e que sua mão de obra foi extremamente explorada para a construção das riquezas exploradas por Portugal. O autor também destaca a forma como esses corpos foram explorados, através de lágrimas, sangue e suor, portanto, vemos traços da violência dentro das maneiras como eles reagem à força portuguesa. Podemos dizer que sua força também foi altamente explorada pelo fato dos indígenas apresentarem resistência maior à dominação portuguesa? Freyre diz que:

Um tanto à maneira de Bates, Wállace contrastou o indígena do Brasil, taciturno e moroso, com o negro, alegre, vivo e loquaz. Em termos modernos de psicologia, essa diferença seria expressa atribuindo-se ao ameríndio a qualidade de introvertido e ao negro a de extrovertido (2003, p. 193).

Mas estaria sua visão realmente correta sobre as diferenças entre os povos indígenas e negros? Freyre constrói seu livro em um momento em que a visão dos negros sob sua história não era reivindicada da maneira como é hoje. Devemos esmiuçar o pensamento de autores contemporâneos e que são descendentes desse povo para entendermos mais sobre sua cultura e resistência à colonização portuguesa.

Ao comentar sobre o papel da igreja católica dentro da formação do estado brasileiro e os seus movimentos perante a escravidão Abdias Nascimento diz:

Em verdade, o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a *instituição da escravidão em toda sua brutalidade*. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos "infieis", mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro (p. 52, 2016, grifo nosso).

Portanto, para o autor o que vemos nesse período concomitante a formação do Brasil e invasão portuguesa é uma atuação por parte da igreja que estava ciente dos horrores causados pela escravidão. É importante destacar também a maneira como o autor relaciona o próprio conceito dos atos escravocratas com brutalidade, ou seja, o uso de força física e violência dentro até mesmo da atuação religiosa portuguesa.

E não apenas a violência e apagamento desses povos por parte do colonizador vinha através da força física, mas também ideológica. Padre Antonio Vieira que pregava sermões aos negros e indígenas diz em um de seus textos que “Um etíope que se lava nas águas do Zaire, fica limpo, mas não fica branco: porém na do batismo sim, uma coisa e outra” (Vieira *apud* Nascimento, 2016, p. 53).

Portanto o que vemos é a maneira como esse discurso acaba por inferiorizar os negros e sua religião, mostrando que sua salvação está não só no batismo, mas também no apagamento de sua raça, como se a limpeza seria apagar sua cor de pele e transforma-lo em um europeu. Esse meio de pensar era pregado para os escravos no objetivo de domá-los não apenas fisicamente, mas também mentalmente, de forma que os próprios negassem seu valor enquanto indivíduos e sua própria cor.

É em questões como essa que podemos ver traços do que Foucault chama de microfísica do poder, pois segundo sua concepção, existe um poder central que através de atos cotidianos reafirma sua posição. No caso citado acima, o racismo seria um poder central que é reafirmado através de palavras, podemos considerá-las enquanto micro agressões, de forma que, apesar de não utilizar força bruta, insultam o sujeito e sua ancestralidade (tema tão caro aos africanos).

Em suma, podemos observar através dos fatos expostos, a maneira como o poder foi constituído no Brasil, através da violência. É importante também ressaltar a maneira que com atos como os discursos do Padre Antônio Vieira, a fixação do poder colonizador não foi apenas físico como também mental, de forma que muitos africanos e indígenas se consideram inferiores, e é um traço que reverberam até hoje. Portanto podemos considerar o Brasil como um país que nasce da violência e que grande parte da maneira violenta de entender o mundo provém da colonização portuguesa que a utilizou como base para a construção de nosso país.

2.2. Violência: Entre o feminino e masculino

Uma figura tão importante para a formação brasileira e mundial também merece destaque, a mulher. As mulheres, independente de raça ou etnia, ocupam um local periférico dentro da sociedade, pois nunca foram vistas enquanto alguém que merece respeito pelos homens, segundo Simone de Beauvoir em seu tão famoso livro *O Segundo Sexo*:

Tentaremos mostrar, em seguida, que a mulher foi definida como o Outro e quais foram as consequências do ponto de vista masculino. Descreveremos então, do ponto de vista das mulheres, o mundo que lhes é proposto a; e poderemos compreender contra que dificuldades se chocam no momento em que, procurando evadir-se da esfera que lhes foi assinalada até o presente, elas pretendem participar do *mitsein* humano (p. 23, 1970).

Portanto o que a autora mostra é que ao denominar a mulher como “o outro” os homens as expulsam de sua esfera social, mantendo-as enquanto um ser alheio aos seus interesses. Além disso, Beauvoir mostra que existem diversas maneiras de tentar explicar a mulher enquanto outro e inferior, e seu livro busca analisar essas formas de entender o feminino. Assim, ela finaliza comentando sobre como existe uma reação a partir do momento em que tenta haver uma evasão desse local por parte das mulheres.

É possível fazer uma analogia entre mulheres e pessoas negras pois ambos são colocados em um arquétipo de “bons” ou seja, ambos ao cederem as regalias partidárias por homens brancos são recompensados através deste adjetivo. Essa classe:

[...] quer mantê-los ‘em seu lugar’, isto é, no lugar que escolheu para eles; em ambos os casos, ela se expande em elogios mais ou menos sinceros às virtudes do ‘bom negro’, de alma inconsciente, infantil e alegre, do negro resignado, da mulher “realmente mulher”, isto é, frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem (Beauvoir, p. 18, 1970).

Entendemos então mais uma vez como funciona a manutenção do poder, os homens brancos desejavam manter os negros e mulheres em “seu lugar” e isso acarretou no surgimento de uma recompensa para eles através dessas palavras. Vale ressaltar que isso é algo adotado por toda a sociedade, tanto por homens quanto mulheres e utilizado para ensinar a esses indivíduos as maneiras de se portar em favor da classe dominante. Essa construção social cria uma pressão sobre os cidadãos, transformando-os em agentes desse padrão e, consequentemente, propagando-o.

Uma das frases mais conhecidas de Simone de Beauvoir é “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (p. 9, 1970). A leitura dessa afirmação nos conduz a acreditar que o gênero é algo construído, e é justamente isso que a autora discorre em seus escritos, a maneira como as meninas são ensinadas sobre sua posição social. Compreender como este ensinamento funciona é algo extremamente importante para a autora na construção de seu livro, pois ela acredita que ali poderão surgir diversas reflexões sobre a maneira como a mulher é colocada enquanto ser inferior dentro do nosso sistema.

Como vimos, o interesse dos homens é manter as mulheres submissas a sua dominação e isso é refletido na maneira como as meninas e meninos são criados. Um aspecto que merece destaque é:

Sem dúvida no universo dos adultos a força brutal não desempenha, em períodos normais, um grande papel; mas, entretanto, ela o obsidia, muitas são as condutas masculinas que se apoiam num fundo de violência possível: em todos os cantos de rua brigas e disputas se esboçam; na maioria das vezes abortam; mas basta ao homem sentir em seus punhos sua vontade de afirmação de si mesmo para sentir-se confirmado em sua soberania (p. 68-69, 1970).

A autora conduz o leitor a compreender a maneira como a força física é explorada até mesmo dentro do campo escolar, uma vez que os meninos são encorajados a adentrarem os esportes e desenvolver sua aptidão física, enquanto as meninas exploram esse aspecto de seus corpos até determinado ponto apenas. Portanto, a maneira como a violência surge também é uma forma de afirmação soberana desde a formação do sujeito masculino, e esse aspecto é negado às mulheres que são ensinadas a não explorarem sua força.

Essa questão vai além de apenas a diferença entre a educação de crianças, para Beauvoir a violência não é permitida para as mulheres. A autora diz que apesar de nossa sociedade não precisar da violência a todo momento, ou seja, nossas relações pessoais dificilmente vão ser baseadas nela, ainda há no homem uma necessidade de afirmação de sua superioridade através da violência. Essa faceta pode ser vista pelo número de brigas de rua que acontecem em qualquer desavença entre figuras masculinas. Já as mulheres não são encorajadas a apelar para seu lado violento em qualquer conflito entre elas, pois a “natureza” feminina desejada pelo homem não é essa.

A autora francesa também vai analisar a maneira como a violência é algo utilizado na subjugação da mulher em diversos momentos. Dentro de nosso sistema, existe um mito da virgindade, onde para uma moça, existe uma primeira vez em que terá relações sexuais. O linguajar utilizado para se referir a esse momento, que é considerado crucial dentro da vida de qualquer mulher, é caracterizado por Beauvoir como:

Por um rapto real ou simulado é que a mulher era outrora arrancada de seu universo infantil e jogada na sua vida de esposa; é uma violência que a faz passar de moça a mulher: diz-se também "tirar" a virgindade de uma jovem, "tomar-lhe" a flor. Essa defloração não é o fim harmônico de uma evolução contínua, é a ruptura abrupta com o passado, o início de um novo ciclo (1970, p. 110).

Na visão de Simone a mulher tem sua virgindade "tirada" de si, não é algo dado por ela, pois sequer é seu para dar. Portanto, vemos como a violência também é algo presente dentro desse aspecto feminino, pois não há possibilidade para a mulher resistir ao homem. Sua maneira de entender o mundo foi moldada para que não resista aos desejos masculinos, principalmente depois de casada. Assim como a posição masculina dentro das relações sexuais adota um lado mais agressivo pois o ritual de "defloração" feminina exige uma reafirmação de sua masculinidade que, como visto, também é extremamente ligado a violência.

Em suma, desejamos adotar a figura feminina como central, explorar as facetas da violência desses sujeitos que, como visto, estão em uma posição inferior em relação ao homem. A figura masculina também é rodeada de significados que são extremamente importantes para entender como nossa sociedade foi construindo a ideia de masculinidade, e como visto, a violência é um aspecto relevante dentro de sua afirmação. Os entendimentos de Arendt, vistos anteriormente, perante a violência como meio pode nos mostrar o porquê de ela estar tão presente na concepção do masculino.

A ordem social adotada dentro de nossa sociedade é extremamente complexa, conforme visto nos pontos anteriores, e sua construção deve ser entendida para que possamos adentrar diferentes lados de nosso corpo social. As reflexões de Foucault, e reforçadas por Beauvoir, sobre poder e como ele se revela através de pequenos atos também são relevantes dentro da nossa concepção do porquê determinadas ações são tomadas dentro de nossa sociedade.

3. BRASIL E OS DESDOBRAMENTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Retomando o que foi discutido anteriormente, a violência pode ser considerada uma maneira de reforçar as classes dominantes, se expressando em diferentes formas. Portanto, podemos considerar a violência contra a mulher uma maneira de colocá-la em uma posição inferior ao dominante masculino. Porém, as divergências entre os grupos sociais refletem em diferentes formas de violência que foram perpassadas durante a história.

Para iniciarmos as discussões relacionadas à violência contra mulher devemos retomar alguns preceitos essenciais dentro do campo social. Para discutirmos seus percursos históricos e como essa violência chega em nossos dias e perpassa em diferentes aspectos do cotidiano, devemos entender um fator essencial: o sistema patriarcal. Segundo Lerner (2019):

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos (p. 390).

Ou seja, na sociedade em que estamos inseridos existe um poder dominante que é, principalmente, masculino. Essa posição masculina leva as mulheres a entrarem em espaços que lhe são designados pelos homens, e, apesar de haver pequenas mudanças, hoje refletem em como entendemos a relação entre o masculino e feminino. A partir das afirmações da autora, devemos adentrar um campo histórico para refletirmos sobre como esse sistema se construiu, como ele mudou e a maneira que ele afeta nossas relações.

Foucault afirma que:

Toda reflexão moral, por mais teórica, por mais geral que seja, toda questão moral, por mais contemporânea que seja, não pode evitar, me parece, uma questão histórica que lhe está associada, que é sua sombra projetada e que seria: o que aconteceu no primeiro século de nossa era, no ponto de viragem do que chamamos de uma ética pagã e uma moral cristã? Na história de nossa moral, esse problema histórico está associado a toda questão geral ou a toda questão política referente à nossa moral (Foucault, 2016, p. 19).

Portanto, resgatar e entender os preceitos históricos é essencial para que possamos analisar os desdobramentos sucedidos em nossos tempos. O que mostra que a antiguidade é um reflexo das origens de nossos problemas sociais, o que torna a questão da violência contra a mulher não apenas um problema contemporâneo, mas também um pilar (negativo) de nossa moral.

3.1 Violência contra a mulher: um percurso histórico

Essa seção tem como principal objetivo refletir sobre as raízes da violência contra a mulher, sendo assim, busca-se entender como surge essa questão e como ela está atrelada ao sistema patriarcal em que estamos inseridos. Para tanto, são buscadas referências ligadas ao cristianismo e sua influência no sistema patriarcal e como elas atuam em nossa sociedade em diferentes camadas.

Como visto, nossa sociedade é regida por um patriarcado que, em linhas gerais, significa a dominação masculina. O léxico desse nome provém da palavra *pai*, ou seja, a figura paterna como central na sociedade. Porém, nem sempre a sociedade foi pautada nessa figura, em sociedades pré-históricas, houve-se um matriarcado, em que a mãe seria a figura principal. De acordo com Muraro (1997):

Segunda a maioria dos antropólogos, o ser humano habita este planeta há mais de dois milhões de anos. Mais de três quartos deste tempo, a nossa espécie passou nas culturas de coleta e caça aos pequenos animais. Nessas sociedades não havia necessidade de força física para a sobrevivência, e nelas as mulheres possuíam um lugar central (p. 5).

Nas palavras da autora conseguimos extrair diferentes visões. Por exemplo de que uma vez as mulheres possuíam esse local central, principalmente por sua responsabilidade de reproduzir e amamentar crianças. Porém, se uma vez as mulheres eram vistas como seres sagrados que deveriam ser protegidos e respeitados para que fosse possível a procriação da espécie, a partir do processo de invasão e guerra entre povos, surge a necessidade de violência e o homem prevalece por sua aptidão física. Relacionando com o que foi trabalhado no primeiro capítulo, vemos como a violência também está presente na construção de um mundo masculino.

Porém, devemos entender a maneira com essa questão levanta debates em que muitos pensadores tradicionalistas consideram a superioridade masculina enquanto algo natural. Lerner (2019) diz que:

Nos dias atuais, essa teoria é, de várias maneiras e de longe, a versão mais popular do argumento tradicionalista, tendo grande efeito de explicação e corroboração de ideias contemporâneas de supremacia masculina. É provável que isso tenha ocorrido em razão de sua pompa "científica" com base em uma seleção de evidências etnográficas e no fato de considerar a dominação masculina de um modo que traz alívio aos homens, pois os isenta de qualquer responsabilidade sobre ela (p. 54).

Nas falas da autora vemos como a questão da suposta superioridade masculina é discutida fortemente entre antropólogos, e isso levanta debates, principalmente após a ascensão do feminismo, sobre o papel social dividido por gêneros. De certa maneira, podemos considerar também a forma como esses estudos surgem para justificar nossa configuração social e isentar os homens de seus comportamentos e subjugação das mulheres.

Porém, vale ressaltar que apesar desse meio de pensamento adotado, não é totalmente verdade que em toda e qualquer sociedade a figura masculina é central. Ainda na esteira da autora supracitada:

Quando antropólogas feministas revisaram os dados ou fizeram o próprio trabalho de campo, descobriram que a dominação masculina estava longe de ser universal. Encontraram sociedades nas quais a assimetria sexual não tinha conotação de dominação ou submissão. Em vez disso, as tarefas realizadas por ambos os sexos eram indispensáveis para a sobrevivência do grupo, e o status de ambos os sexos era considerado igual na maioria dos aspectos (p. 55).

Portanto, podemos considerar que a existência de uma justificação da dita superioridade masculina por parte de estudiosos vem já da mentalidade patriarcal que busca justificar-se através de estudos totalmente parciais, que vão fundamentar-se principalmente em aspectos eurocêntricos como linha principal de estudo. Vale ressaltar que Muraro (1997) aponta:

Na adolescência, a mulher tem sinais exteriores que marcam o limiar da sua entrada no mundo adulto. A menstruação a torna apta à maternidade e representa um novo patamar em sua vida. Mas, os adolescentes homens não possuem esse sinal tão óbvio. Por isso, na puberdade eles são arrancados pelos homens às suas mães, para serem iniciados na "casa dos homens" (p. 6).

Essa tradição é descrita pela autora como uma “inveja do útero” uma vez que os homens desejavam ter sinais claros de sua maturidade, mas isso não lhes era garantido pelo biológico e por isso criaram essa iniciação. Essas questões nos mostram a maneira como surge uma necessidade masculina também de tomar o poder, não permitir que a figura feminina mantenha-se sempre no centro e para isso criam formas de imitá-la para tomar seu lugar mesmo com traços masculinos.

Essas questões levantam diversos debates e inicialmente tomamos a posição de que a sociedade patriarcal não é uma questão natural e sim construída através de diferentes aspectos. Devemos considerar que o surgimento das sociedades patriarcais começa principalmente após o surgimento do coletivo, uma vez que a necessidade de assentar-se em um território também significa a possibilidade de invasores e portanto, defender-se. Para tanto, os homens são seres essenciais e isso também significa uma quebra do ciclo que antes existira.

A escritora também destaca as consequências da transição da humanidade de nômade para sedentária afirmando que:

Para poder arar a terra, os grupamentos humanos deixam de ser nômades. São obrigados a se tornar sedentários. Dividem a terra e formam as primeiras plantações. Começam a se estabelecer as primeiras aldeias, depois as cidades, as cidades-estado, os primeiros Estados e os impérios, no sentido antigo do termo. As sociedades, então, se tornaram patriarcais, isto é, os portadores dos valores e da sua transmissão, são os homens. Já não são mais os princípios feminino e masculino que governam juntos o mundo, mas, sim, a lei do mais forte (p. 7).

Essas questões são de suma importância para entendermos como funciona nossa sociedade hoje. A partir do assentamento dos seres humanos, principalmente por conta da necessidade da plantação, o patriarcado começa a tomar forma através da transmissão dos conhecimentos, em que as mulheres são expulsas. E isso, acarreta numa “posse” dessas figuras por parte dos homens, de onde também se constroem transmissões que irão reverberar por vários séculos como a questão da mulher deixar de ser uma propriedade do pai para tornar-se marido.

Engels (2019) destaca que no Velho Mundo¹ “A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-

¹ Termo utilizado pelo autor para referir-se a diversas sociedades em um período, principalmente, antes de Cristo.

se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. (p. 75)” Na fala do autor, é possível observar que a família inicialmente é marcada como um grupo econômico encabeçado pelo homem e que a mulher ocupava um papel meramente reprodutor.

O autor destaca também a formação de um sistema intrínseco a nossa sociedade atualmente: *a família monogâmica*. Para defini-la:

Ela se funda no domínio do homem, com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, e essa paternidade é exigida porque um dia os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno. Ela se diferencia do casamento do par pela solidez do laço matrimonial, que já não pode mais ser dissolvido quando aprouver a qualquer das partes. Via de regra, só o homem ainda pode dissolvê-lo e repudiar a esposa (Engels, 2019, p. 80).

Essa configuração é semelhante ao que entendemos hoje como família, apesar de já haver mudanças. Também é adotada como aceitável e modelo em nossa contemporaneidade. Vemos então que essa maneira de entender as relações sociais vai colocar a mulher num papel de posse em que o marido possui todo o direito sobre a esposa. Além disso, Engels destaca como a infidelidade é algo aceitável para homens, em que alguns casos possuíam mais de uma esposa. Já a mulher deveria aceitar essa poligamia por parte do homem sem questiona-la e reservar-se apenas para o marido.

Essa configuração familiar está refletida na maneira como os bens materiais serão divididos após a morte do pai. Portanto, para oficializar os herdeiros, surge a necessidade de uma linhagem oficial que seria fruto do matrimônio. Assim, é possível ver como a mulher abandona seu papel antes principal para adentrar um subalterno, principalmente devido a necessidade de acumulação de bens por parte do homem. Essa visão de a mulher enquanto bem favorece a violência contra elas uma vez que o homem se vê em direito de tratar sua “propriedade” conforme deseje.

Essa posição da mulher é ainda mais reforçada com o advento do cristianismo e da mitologia cristã. Muraro destaca que em outras tradições religiosas, existiam deusas que tinham um papel principal na criação do mundo, porém o cristianismo toma outros rumos:

Javé é deus único todo-poderoso, onipresente, e controla todos os seres humanos em todos os momentos da sua vida. Cria sozinho o mundo em sete dias e, no final, cria o homem. E só depois cria a mulher, assim mesmo a

partir do homem. E coloca ambos no Jardim das Delícias onde o alimento é abundante e colhido sem trabalho. Mas, graças à sedução da mulher, o homem cede à tentação da serpente e o casal é expulso do paraíso (Muraro, 1997, p. 9).

Vemos então como na tradição cristã a figura feminina ocupa um espaço subversivo, em que seu papel foi fundamental para a expulsão dos humanos do Jardim das Delícias. A autora ainda destaca que o deus Javé também é extremamente rígido e seu surgimento representa bem a transição do matriarcado para o patriarcado. Essa mitologia contribui ainda mais para o ódio ao feminino, uma vez que vê-se a mulher como responsável pelas mazelas humanas.

Esse ódio ao feminino pode ser ilustrado durante a Idade Média - período marcado pela forte influência da igreja cristã - pela caça às bruxas. Esse processo tem como principal fator a maneira como o feminino era ligado ao natural, de forma que muitas mulheres buscavam cura na natureza, através de ervas e outros materiais. Além disso, essas mulheres por vezes trocavam conhecimentos, o que levou a uma repugnância por parte da Igreja que nessa época fazia diversas ações brutais em nome de Deus.

Um exemplo que nos mostra principalmente a forma como a igreja tratava as mulheres está na caça às bruxas. Muraro diz que:

A extensão da caça às bruxas é espantosa. No fim do século XV e no começo do século XVI, houve milhares e milhares de execuções – usualmente eram queimadas vivas na fogueira – na Alemanha, na Itália e em outros países. A partir de meados do século XVI, o terror se espalhou por toda a Europa, começando pela França e pela Inglaterra. Um escritor estimou o número de execuções em seiscentas por ano para certas cidades, uma média de duas por dia, ‘exceto aos domingos’ (1997, p. 76).

Essa questão coloca as mulheres em uma posição ainda mais subalterna, pois tudo que envolve seu “cerne” (muitas vezes descrito como a conexão com natureza) é demonizado por todos, e sua vida está em constante perigo. Essa prática foi muito difundida pela sociedade europeia, sob a forte influência da igreja, e nos mostra, com nosso olhar contemporâneo, a maneira como a sociedade se portava durante esse período.

Entendemos então que a maneira como a figura feminina é vista em nossa sociedade contemporânea tem uma forte origem nesses preceitos debatidos por esses autores. O resgate desses debates e informações mostra a maneira como a questão feminina está em evidência nos nossos dias. Porém, existiram outros

momentos relevantes para que a posição que as mulheres possuem hoje seja atingida.

Conforme a humanidade avança no tempo, seus costumes são refeitos, repensados e por vezes, forçados a mudar. Uma mudança relevante para entendermos a nossa sociedade atual foi a concentração de pessoas nas grandes cidades através da industrialização. Com o surgimento das fábricas, tornou-se possível para as pessoas saírem de suas casas no interior e adentrar um espaço que os levaria para o futuro. Entendemos que as grandes cidades atuais têm forte raiz nessa migração do campo para os centros urbanos, e essa concentração de pessoas iria redefinir novos conceitos e hábitos.

Esse processo, ocorrido no século XIX, firmou a mulher na configuração que entendemos hoje como um sujeito subordinado que deveria ficar em casa, em uma ação política praticamente inexistente. Porém, próximo a virada do século, a mulher adentra novos espaços. Jesus e Almeida (2016) afirmam, segundo a mulher, que:

O seu papel na sociedade da virada do século XIX para o XX esteve marcado pela difícil combinação da mudança com a permanência de velhos e tradicionais valores, que as consideravam secundária em relação aos homens. A mudança mais significativa do período corresponde ao fato de que, nas cidades, ao menos nas mais populosas, a mulher começa a ganhar a rua, a ocupar seu tempo não mais exclusivamente no restrito espaço do lar (p. 12).

Portanto as mulheres começaram a arriscar novos espaços, a construir uma visão de mundo através de diversos meios. Esse momento também significou o começo do feminismo e sua primeira onda, ainda limitada a uma classe burguesa, mas que já dava indícios do início do não contentamento por parte de grupos subalternos. Essa mudança teve também como forte pilar a possibilidade de estudos avançados para as mulheres que antes só podiam avançar até certo nível.

Além da aproximação entre as sociedades através dos meios de comunicação, essa transição levou as guerras a outro patamar. Assim, ao iniciar-se os conflitos, os homens eram obrigados a saírem de suas posições para virem guerrear, essa saída acarretaria no esvaziamento de fábricas e espaços públicos como até mesmo a política. Dessa maneira, foi reservado às mulheres a obrigação de ocuparem esses espaços que antes lhe foram negados. Ainda na esteira dos autores supracitados:

Em tempos de crise ou de guerra, a contribuição da mulher torna-se essencial. Durante o período da Segunda Guerra, ela experimenta uma maior participação na esfera pública, quando um grande contingente de homens foi deslocado para a frente de combate. Embora não convocadas para o alistamento militar obrigatório, as mulheres contribuíram para os esforços de guerra candidatando-se para as vagas de emprego abertas, por exemplo, nas indústrias bélicas (p. 14).

Essa abertura possibilitou às mulheres ocuparem novos espaços, mesmo que após a guerra elas foram incentivadas a retornarem para o ambiente familiar para “restaurar” a ordem masculina. Algumas concordaram e retornaram, outras não, e isso foi criando novas possibilidades para as mulheres, apesar do casamento e a vida familiar ainda ser o que a sociedade esperava.

Todas essas questões são essenciais para entendermos como a sociedade atualmente enxerga as mulheres e a maneira como esses papéis atribuídos à ela, não são, de forma alguma, naturais. As questões envolvendo a divergência entre os sexos não podem ser pautadas em uma superioridade masculina, devido a maneira como a presença da mulher na sociedade esteve sempre mostrando sua importância. O que foi levantado aqui nos mostra como a mulher foi colocada no local que hoje se espera dela e que, quando sai, enfrenta diversas violências para tentar colocá-la novamente sob o poder masculino.

3.2. O feminicídio no Brasil

Este subcapítulo tem como principal traço a reunião de informações sobre o feminicídio e a violência contra a mulher em nosso país, apresentando dados e reflexões sobre sua causa traçando um percurso histórico até a criação da lei Maria da Penha. Vale ressaltar que entender como o papel feminino está presente no Brasil também leva em consideração a colonização e o cruzamento de culturas em nossa sociedade.

Inicialmente é importante salientar a maneira como as culturas indígenas no Brasil são múltiplas tanto nos dias atuais quanto no passado. Portanto, é possível encontrar traços dessa pluralidade em diferentes aspectos. É difícil dizer quando a história do Brasil começa, certamente o país nasce depois da colonização, porém, antes disso, já habitavam sujeitos em nosso território.

Portanto, é importante entender qual era o papel feminino dentro desse cenário, pois sua cultura influenciou diretamente em nossas configurações sociais. Raminelli (2007) afirma:

O que os conquistadores fizeram, então, foi uma comparação das verdades próprias do mundo cristão com a realidade americana. A cultura indígena foi descrita a partir do paradigma teológico e do princípio de que os brancos eram os eleitos de Deus, e por isso superiores aos povos do novo continente. O desconhecimento da palavra revelada, da organização estatal e da escrita foram vistos como marcas de barbárie e de primitivismo (p. 10).

O processo de colonização não se baseava apenas na questão territorial, mas também cultural, conforme visto nas palavras do autor. Assim, as tradições cristãs eram impostas sob os indígenas aqui encontrados com uma desculpa de espalhar a palavra de Deus. Sobre as culturas nativas é possível encontrar diferentes conceitos relacionados às mulheres, conforme o autor salienta:

O nascimento de um tupinambá contava com a presença de todas as mulheres da tribo. O pai tinha uma participação importante, pois, nos partos complicados, era ele – o marido – que comprimia o ventre da esposa para apressar o nascimento; além do que as crianças do sexo masculino tinham o cordão umbilical cortado pelo pai, que para isso recorria aos próprios dentes ou a pedras afiadas. Já as meninas, estas recebiam os primeiros cuidados da mãe mesmo (p. 11).

Essas observações foram feitas por antropólogos europeus em períodos infiltrados dentro de tribos indígenas para estudá-las. Conforme visto, o papel da mulher é semelhante ao que encontrava-se em outros locais em que sua posição é fortemente ligada à reprodução com uma participação ativa do pai. É importante ressaltar como esses relatos são da vivência de apenas um grupo étnico. Ainda no mesmo texto de Raminelli (2007):

Ao contrário de Léry, outros colonos viam as mães índias como feras brutas, como seres destituídos de sentimentos. Os caetés, por exemplo, eram considerados cruéis por não respeitarem as relações de parentesco (pais vendiam os filhos, os irmãos, seus parentes, sem nenhum pudor). Em 1571, às margens do rio São Francisco, uma índia caeté resgatada trazia consigo uma criança. Para se livrar do seu choro insistente, a mulher resolveu atirá-la no rio (p. 13).

Essa é a visão de um colono que tinha como objetivo manchar a imagem dos indígenas brasileiros, mas também mostra como o próprio conceito de maternidade poderia ser diferente nesses casos. Além disso, nosso horror ao ler tais relatos também mostra a força que a moralidade cristã tem sobre nós e como isso foi implantado a tempos em nossa sociedade através do colonialismo.

Adentrando mais a fundo na construção dos conceitos enquanto uma importação dos costumes europeu-cristão, Trevisan (2018) aponta sobre outra tribo indígena:

Em duas cerimônias, os homens vertem “sangue menstrual”; e em vários rituais unem-se entre si aos pares, como marido e mulher, representando espíritos masculinos e femininos. As mulheres, por sua vez, relatavam mitos sobre uma comunidade feminina que adotou costumes masculinos. Em dois rituais travestis, as mulheres usam pinturas e ornamentos de homem, lutam com mulheres de tribos vizinhas e realizam tarefas masculinas, tais como construir uma casa, fazer uma canoa ou abrir um caminho na floresta (p. 210).

Vemos então como nessa tribo em específico os papéis por vezes são “invertidos” para a construção do social. A tese tradicionalista da superioridade masculina pode ser rebatida com casos como esses em que a mulher assume postos que, dentro da esfera cristã-tradicional, seriam masculinos. Assim, entendemos que antes da chegada dos portugueses ao nosso território, os costumes eram diferentes, os papéis de gênero não eram estabelecidos da mesma forma.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, reformularam diversas questões e influenciaram a maneira também que os indígenas se comportavam. Sabe-se que os colonizadores fizeram uma forte imigração para nosso país, e tentaram estabelecer uma réplica da sociedade portuguesa em nosso território. Sobre os costumes trazidos pelos portugueses, Araújo (2007) exemplifica:

Corre a missa. De repente, uma troca de olhares, um rápido desvio do rosto, o coração aflito, a respiração arfante, o desejo abrasa o corpo. Que fazer? Acompanhada dos pais, cercada de irmãos e criadas, nada podia fazer, exceto esperar. Esperar que o belo rapaz fosse bem-intencionado, que tomasse a iniciativa da corte e se comportasse de acordo com as regras da moral e dos bons costumes, sob o indispensável consentimento paterno e aos olhos atentos de uma tia ou de uma criada de confiança (de seu pai, naturalmente) (p. 37).

Essa maneira de se portar era o aceito pela sociedade colonizadora que se estabeleceu em nosso país. Seus preceitos são baseados na cultura cristã e foi

também forçada em africanos e indígenas numa tentativa de “civilizá-los”. Portanto, é possível observar a maneira como esses costumes replicam aqueles que antes já estavam espalhados pela Europa, o controle do desejo feminino em nome da construção familiar.

É importante ressaltar que o discurso da inferioridade feminina não é reproduzido apenas por homens, mas também por mulheres. Marilena Chaui diz que “as mulheres, tendo sido convertidas heteronomamente em sujeitos, farão de sua “subjetividade” um instrumento de violência sobre outras mulheres” (1985, p. 47). Portanto, as mulheres se tornam reprodutoras do discurso adotado pelo homem de maneira que ajam contra outras mulheres ou a favor de homens.

Essa maneira de entender as relações sujeitou a mulher a diversas violências sendo todas normalizadas por parte da sociedade pois, como visto, a figura feminina é uma propriedade do homem. Esses fatores são perpassados pela história em diversos momentos, até mesmo na Grécia Antiga e mantém-se atual até nosso cotidiano. A ascensão da vida urbana conforme visto no tópico anterior é um fator que levanta novas discussões sobre a violência contra a mulher e leva a uma atenção voltada para esse tópico.

A questão da violência contra a mulher no Brasil é amplamente discutida, apesar de ainda termos diversos casos espalhados pelo país. Os motivos que acredita-se levar a essa agressão são múltiplos, e as visões do porquê isso acontecer também são debatidas sob diferentes argumentos. Portanto, vale debater as maneiras como o Estado Brasileiro busca combater esse crime, quais são seus impactos e como eles surgiram.

3.3. Percursos até a lei Maria da Penha

Entender a Lei Maria da Penha como um marco para a questão da violência contra a mulher é essencial para nosso trabalho, uma vez que essa lei começa a trazer à luz esses casos de violência que acontecem dentro dos ambientes familiares, e que foram silenciados em nosso país por séculos. Portanto, a história por trás do nome da lei e seus impactos na luta contra essa agressão são discutidos.

A questão da violência contra a mulher tem uma intrínseca ligação com as questões familiares e morais. A construção de uma família era o principal papel designado para uma mulher e, ao não atingir esse objetivo, ela era julgada como

incompleta tanto por homens quanto outras mulheres. Esse fator leva essas sujeitas a esconderem as dificuldades em seu casamento e principalmente a agressão.

Além disso, a sociedade por vezes julgava o homem no direito de agredir sua mulher em determinados casos. Calazans e Cortes (2011) comentam que “Um dos casos mais emblemáticos daquela época foi o de Doca Street, que assassinou sua companheira e no Tribunal de Júri alegou “legítima defesa da honra”, alegação até hoje usada por advogados que tentam livrar assassinos da punição” (p. 1). A definição utilizada para defender o criminoso tem como base os meios patriarcais explorados por Engels anteriormente em que a mulher se torna propriedade do homem, e assume a responsabilidade de não envergonhá-lo como no caso supracitado.

O crime contra a mulher durante boa parte da nossa história enquadrar-se enquanto um ato criminoso comum como homicídio ou agressão, livre de questões de gênero, que era uma problemática devido ao número de casos de feminicídio que aconteciam anualmente. Segundo as autoras citadas anteriormente:

Inicia-se, na década de oitenta, as primeiras ações governamentais no sentido de incluir em sua agenda a temática da violência contra as mulheres e, em 1985, é criada a primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres, fruto da luta do movimento de mulheres (Calazans e Cortes, 2011, p. 1).

Portanto, durante um bom período de tempo já existiam estudos que mostravam a ineficácia dos meios ordinários de tratar os crimes contra a mulher. Dentro desse cenário, com a pressão social por parte do movimento feminista, surgem esses espaços que são especializados em crimes contra a mulher. Mas ainda existia um grande percurso a percorrer pois, apesar da criação da Delegacia da Mulher, existem muitos fatores que influenciam a decisão de denúncia por parte da vítima.

Em adição, as autoras comentam sobre as leis existentes sobre crimes contra a mulher e apontam:

Cerca de 70% dos casos que chegavam aos juizados especiais tinham como autoras mulheres vítimas de violência doméstica. Além disso, 90% desses casos terminavam em arquivamento nas audiências de conciliação sem que as mulheres encontrassem uma resposta efetiva do poder público à violência sofrida. Nos poucos casos em que ocorria a punição do agressor, este era geralmente condenado a entregar uma cesta básica a alguma instituição filantrópica (p. 42).

Os dados apontados pelas autoras nos mostram a ineficiência por parte da justiça, comumente composta por homens. Ademais, as autoras debatem como a sociedade de forma geral via a agressão feminina apenas como uma pequena briga de casal que não deveria ser interferida. Todos esses fatores nascem nos preceitos anteriormente apresentados, em uma sociedade baseada no patriarcado e moralismo cristão.

A maneira como a violência contra a mulher vinha sendo tratada por parte da justiça levou a luta constante para mais direitos através do movimento feminista. Um momento extremamente importante para que a Lei Maria da Penha fosse criada foi a junção de diferentes organizações pelo Brasil para construir o projeto de lei a ser debatido em Brasília:

Frente ao desafio de ver uma lei integral de combate à violência, dentro do movimento de mulheres, seis organizações não governamentais feministas idealizaram um Consórcio de ONGs Feministas para Elaboração de Lei Integral de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres (Calazans e Cortes, 2011, p. 43).

A reunião de tantas organizações resultou no projeto que mais tarde seria intitulado Maria da Penha. Em suas reuniões os grupos buscavam entender como o Estado poderia atuar para tentar socorrer as mulheres em casos de agressão. Em suma, a lei busca defender as companheiras de agressores dentro do âmbito familiar pois é justamente dentro deste que as agressões ocorrem e são ignoradas pela justiça.

Ademais, a lei foi sancionada após pressão exterior relacionada a questões da violência contra a mulher. Seguindo no texto das autoras supracitadas:

Mencione-se ainda, as recomendações da CIDH ao caso Maria da Penha Maia Fernandes, por não cumprimento do previsto no artigo 7.º da Convenção de Belém do Pará e nos artigos 1º, 8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos, e ainda, o dever do Estado brasileiro de indenizar a vítima, monetária e simbolicamente. Ademais, a Comissão recomendou que o Brasil adotasse várias medidas de combate à violência contra a mulher, entre elas, a elaboração de uma lei específica para este fim (2011, p. 56).

Portanto, podemos observar que a aprovação da lei também foi uma maneira do Brasil de seguir questões importantes ligadas ao desenvolvimento pelas leis externas. Tudo isso destaca também a importância que determinadas situações tiveram na construção da lei, principalmente o movimento feminista e as organizações

sem fins lucrativos na luta ativa para a formação da lei. Em suma, esse código também significou um grande avanço pela punição severa por violência contra a mulher que, antes da lei Maria da Penha, poderiam ser apenas trabalhos voluntários ou pequenas multas.

O código também se destaca por trabalhar diferentes formas de violência como a verbal, além de fortalecer outros meios já criados como a delegacia da mulher. Em seu artigo 5º a lei diz “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” de maneira que o conceito de violência é expandido, atendendo as necessidades femininas de proteção.

Porém, ainda existe no Brasil um número considerável de casos de agressões contra mulheres e feminicídio que não encontram desfechos favoráveis. Sobre as questões que envolvem a violência contra mulher, podemos dizer que:

São obstáculos sociais, econômicos e culturais, cujos graus de dificuldade variam de sociedade para sociedade e, internamente, entre grupos populacionais. No caso da violência contra as mulheres, esses obstáculos são agravados pelos obstáculos subjetivos, relacionados à natureza afetiva das relações violentas, às condições que são dadas às mulheres para conhecerem seus direitos e aos mecanismos que devem ser acionados para se reconhecerem como sujeitos de direitos (Pasinato, 2015).

Assim, a questão da violência contra a mulher não é um problema social que irá desaparecer facilmente de nosso cotidiano. Suas raízes, conforme visto nos tópicos anteriores, são profundas em nossa sociedade, e para erradicá-las é necessário muito mais do que é feito atualmente. Para entendermos a maneira como a nossa sociedade perpassa a questão da violência contra a mulher, temos muitos casos de micro agressões presentes em nosso cotidiano, incentivando o crime de diversas formas.

4. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UMA PERSPECTIVA LÍRICA

Como discutido anteriormente, nossa sociedade é extremamente patriarcal. A posição que a mulher toma nesse sistema é submissa ao pai e, posteriormente, ao marido, como sua propriedade. Dessa maneira, devemos entender como esses aspectos se apresentam em nossa cultura através de produtos culturais. Acreditava-

se que a cultura, assim como a posição da mulher na sociedade, era uma condição natural ao ser humano, de maneira que foi construída sem influência externa. Esse meio de ver nossa sociedade, porém, foi rompido por Franz Boas (2010) que diz:

Devemos prestar atenção mais minuciosa às tentativas de considerar a vida cultural como evoluindo de formas primitivas para a civilização moderna, seja como uma linha evolutiva única, ou num pequeno número de linhas separadas. Cabe perguntar se, independentemente de raça, tempo e espaço, seria possível reconhecer uma série de estágios de cultura que representam para a humanidade inteira uma sequência histórica, de modo que se pudesse identificar alguns dos estágios como tipos pertencentes a um período antigo e outros como tipos mais recentes (p. 124).

O viés adotado pelo autor reclama a posição de uma nova busca pela definição de cultura, que tente entender a maneira como ela se constrói em diferentes ambientes. Na fala do autor, observamos como a forma de observar a cultura indígena como “primitiva” era algo comum pelos historiadores de sua época. Essa tese criticada acreditava que a cultura indígena seria uma fase de seus costumes, que iriam culminar na proximidade com os ideais europeus.

Com essas falas, buscamos mostrar que a ideia de cultura é bem ampla, mas que reflete os ideais da sociedade. Portanto, o que vemos em nossos produtos culturais como danças, comidas, filmes, novelas, literatura e música são o resultado de diversos fatores que cruzam nossa história. Um exemplo é a maneira como diversos pratos africanos são hoje considerados brasileiros, e acrescentados em nossa cultura, pois a muitos anos houve uma imigração de povos africanos para nosso país, assim como portugueses. E essa miscelânea construiu uma cultura extremamente diversa como a brasileira que junta aspectos de diferentes povos em um mesmo espaço.

Portanto, levamos em consideração as ideias construídas até aqui e destacamos um aspecto cultural, a música, para podermos observar como a violência está presente em diversas facetas de nossa cultura. Para tanto destacamos a fala de Fischer (2016) que afirma “A canção brasileira é formativa, isto é, forma o país: comenta vivamente aspectos do país, simboliza questões da vida brasileira, forma o gosto, realimenta sua própria existência, contribui para a vida de outras modalidades artísticas.”. O autor demonstra a maneira como a música trata também de um reflexo da cultura brasileira em que estamos inseridos. Portanto, analisar os vieses adotados pelos musicistas brasileiros irá nos mostrar um forte reflexo de como parte da

sociedade se comporta e dentro desses aspectos, buscamos destacar a violência contra a mulher.

Para tanto, escolhemos mais de um gênero musical do Brasil pois buscamos compreender a maneira como esses discursos estão presentes em mais de uma camada social de nosso país. Assim, devemos observar como o lírico está presente em nossa cultura popular e letrada assim como a maneira que a violência contra a mulher também está refletida nesse aspecto cultural. Logo, poderemos aprofundarmos em como a sociedade ainda replica ideias machistas e patriarcais que incitam a agressão feminina.

4.1. A violência poética

Pierre Bourdieu (2002) explica em seu livro *A Dominação Masculina* a maneira como a violência também se apresenta em pequenos detalhes, de maneira que a intitula de Violência Simbólica. Segundo o autor:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (p. 3).

Para o autor, a violência simbólica trata-se de uma maneira de manter a ordem pré-estabelecida. Para afirmar seu pensamento, ele utiliza a questão da sociedade patriarcal e a maneira como esse sistema se estabelece também em pequenos gestos, como uma língua ou estilo de vida. Para ele, a violência simbólica trata-se de utilizar essas ferramentas com objetivo de ajudar a estabelecer uma relação de opressor (homem) e oprimido (mulher), ou seja, reforçar os aspectos da sociedade patriarcal.

Através desse pensamento, devemos entender a maneira como a sociedade patriarcal se expressa em nossa língua. Sendo um dos agentes da violência simbólica destacada por Bourdieu. Para tanto, trouxemos como exemplo a música *Geni* e o *Zepelim* escrita por Chico Buarque:

De tudo que é nego torto
Do mangue, do cais, do porto
Ela já foi namorada

O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada

Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato

É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazarentos
Dos moleques do internato

E também vai amiúde
Com os velinhos sem saúde
E as viúvas sem porvir

Ela é um poço de bondade
E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir

Joga pedra na Geni
Joga pedra na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

Um dia surgiu, brilhante
Entre as nuvens, flutuante
Um enorme zepelim

Pairou sobre os edifícios
Abriu dois mil orifícios
Com dois mil canhões assim

A cidade apavorada
Se quedou paralisada
Pronta pra virar geléia

Mas do zepelim gigante
Desceu o seu comandante
Dizendo: Mudei de idéia

Quando vi nesta cidade
Tanto horror e iniquidade
Resolvi tudo explodir

Mas posso evitar o drama
Se aquela formosa dama
Esta noite me servir

Essa dama era Geni
Mas não pode ser Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

Mas de fato, logo ela
Tão coitada, tão singela
Cativara o forasteiro

O guerreiro tão vistoso
Tão temido e poderoso
Era dela prisioneiro

Acontece que a donzela
E isso era segredo dela
Também tinha seus caprichos

E a deitar com homem tão nobre
Tão cheirando a brilho e a cobre
Preferia amar com os bichos

Ao ouvir tal heresia
A cidade em romaria
Foi beijar a sua mão

O prefeito de joelhos
O bispo de olhos vermelhos
E o banqueiro com um milhão

Vai com ele, vai Geni
Vai com ele, vai Geni
Você pode nos salvar
Você vai nos redimir
Você dá pra qualquer um
Bendita Geni

Foram tantos os pedidos
Tão sinceros, tão sentidos
Que ela dominou seu asco

Nessa noite lancinante
Entregou-se a tal amante
Como quem dá-se ao carrasco

Ele fez tanta sujeira
Lambuzou-se a noite inteira
Até ficar saciado

E nem bem amanhecia
Partiu numa nuvem fria
Com seu zepelim prateado

Num suspiro aliviado

Ela se virou de lado
E tentou até sorrir

Mas logo raiou o dia
E a cidade em cantoria
Não deixou ela dormir

Joga pedra na Geni
Joga bosta na Geni
Ela é feita pra apanhar

Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

Joga pedra na Geni
Joga bosta na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

Chico Buarque se destaca como um dos principais cantores do grupo musical Tropicália que mais tarde se separou. Suas canções refletem fortemente o social em diferentes aspectos, principalmente com o objetivo de denúncia. O músico construiu diversas canções se posicionando contra a ditadura militar brasileira além de ter ganhado fama por conseguir enganar os agentes da censura da época. Geni e o Zepelim é mais um desses exemplos de denuncia social.

Inicialmente, devemos levar em consideração que a letra do cantor e compositor é uma maneira de criticar a hipocrisia da sociedade. Como vemos, a população da cidade possuía asco da protagonista, mas ao se verem em uma situação de perigo, reverterem seu discurso. De maneira que a protagonista da canção vai de maldita para bendita e retorna ao adjetivo inicial. O que desejamos extrair da letra é a maneira como a sociedade reproduz o machismo presente na sociedade patriarcal.

Geni é uma menina que, como vimos, tem um forte desejo sexual, de maneira que se relaciona com vários homens. Porém as pessoas a sua volta não gostam dessa liberdade e portanto a reprimem, praticando violência verbal contra ela e ameaçando sua integridade física. Para a sociedade patriarcal, a mulher não deve se render aos seus desejos sexuais e manter uma postura “pura” que está fortemente refletida no conceito de virgindade, por exemplo. Martins, Hedlund e Hauser (2020) afirmam que:

Neste processo histórico, marcado por diferentes formas de controle sobre a mulher, definiu-se que esta não teria direito ao livre exercício de sua própria sexualidade, assim como fazem os homens, e que, caso desviasse dos padrões comportamentais considerados adequados, ficaria sujeita à diferentes formas de penalizações e julgamentos sociais, proferidos inclusive por outras mulheres, numa lógica de depreciação, demonização e, inclusive, de criminalização (p. 2).

Portanto, a violência praticada está no âmbito social, de maneira que não apenas seu possível companheiro ou familiar o praticam, mas a sociedade como um

todo. Nesse sentido, também é possível entender a maneira como as pessoas ao seu redor se entendem como superiores e que possuem o direito de agredir a menina de forma verbal e física. Nesta canção podemos extrair o exemplo perfeito de como as pessoas atuam enquanto agentes da manutenção do sistema patriarcal. Destacamos ainda a maneira como ambos os sexos julgam a menina Geni, pois os pensamentos machistas ainda atuam com grande influência.

Em casos de agressão como o ilustrado pela música vemos que trata-se de uma violência motivada pelo gênero. Esse tipo de crime está previsto na Lei Maria da Penha, e vemos aí também a necessidade da existência da lei, pois a motivação por trás vai além da agressão e adentra um aspecto histórico, revisto nos capítulos anteriores, de nossa sociedade patriarcal.

4.2. Análise de canções contemporâneas

A música anteriormente apresentada é específica para um público, assim como a maioria dos produtos culturais. Nossa sociedade é perpassada por diferentes contextos sociais e econômicos de maneira que por vezes determinadas canções são voltadas para um público em específico. Roger Chartier (1995) propõe uma diferenciação entre cultura erudita e popular. Para descrever a segunda diz que é:

Produzido como uma categoria erudita destinada a circunscrever e descrever produções e circunstâncias situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles, os scholars) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que as dos mundos “exóticos” (p. 179).

Levando em considerações suas análises, vemos que a cultura erudita seria distanciada da popular apesar de apresentar uma definição mais complexa. Dessa maneira, devemos ressaltar que a canção apresentada anteriormente pode, em uma perspectiva contemporânea, ser descrita enquanto erudita. Um dos principais motivos é sua distância temporal além de uma letra que aproxima-se da crônica, o que vai contra a música destinada às massas de hoje. Assim, preocupa-nos agora apresentar análises de músicas mais próximas à cultura popular.

Um gênero musical extremamente conhecido e divulgado por todo o país é o sertanejo. Esse ritmo musical tem raízes nas músicas criadas no interior do Brasil, principalmente os que têm forte influência da agronomia. Esses fatores o levam a ser

fortemente patrocinado pelo agronegócio, chegando em diversos espaços de nosso território e continuamente conquistando novos públicos.

Vale ressaltar que, cada expressão cultural tem raízes históricas relevantes para seu povo e não é de nosso interesse condenar ou inferiorizar qualquer gênero musical, mas sim analisá-lo e apontar seus problemas, uma vez que todo discurso é permeado por problemáticas intrínsecas ao ser humano. Para análise, propomos a letra da música Dar Uma Namorada da dupla Israel e Rodolfo, lançada em 2022:

[...]

Toma cuidado com o que você anda falando na hora H
De acordo com a lei dos solteiros, cama não é local pra se declarar
Tudo que 'cê tá falando pode ser usado a favor de você
Já pensou se acredito e me apego?
Não vai ter pra onde correr

'Cê não vai me iludir de graça
Me aticou, vai ter que dar uma namorada
'Cê não tá querendo rolo, então não caça
Me aticou, vai ter que dar uma namorada

Bora, bora, vem

Tudo que 'cê tá falando pode ser usado a favor de você
Já pensou se acredito e me apego?
Não vai ter pra onde correr
[...]

Aqui destacamos dois aspectos importantes. O primeiro a maneira como a letra se torna repetitiva, diferente da apresentada anteriormente, o que vai ser utilizado como uma das métricas para defini-la enquanto cultura popular contemporânea. O segundo é relacionado a temática da canção que é a forte presença da apologia ao estupro na letra.

O estupro é tão presente em nossa sociedade patriarcal que existe um termo específico apenas para descrever os diversos vieses desse crime: cultura do estupro. Entende-se enquanto esse ato “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Brasil, 2009).

O estupro não é feito apenas em mulheres, de maneira que a nossa legislação tenta abranger ambos os gêneros, tanto para vítimas quanto criminosos. Além disso, o próprio de conceito de estupro não é exclusivamente ligado ao ato sexual com penetração, de maneira que abrange mais casos de importunação sexual. Porém, as

mulheres sofrem mais consequências desse ato, devido ao sistema patriarcal que as coloca por vezes enquanto causadoras desse crime e exige determinados comportamentos por sua parte.

Sousa (2017) define essa questão enquanto:

Regras de conduta, que, por sua vez, são inseridas na socialização da mulher desde o momento do nascimento, ensinando-a que tipo e tamanho de roupas vestir, que tipo de maquiagem usar, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair de casa, e, assim, sucessivamente, depositando na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual (p. 13).

Essas regras buscam sempre transferir a culpa do crime do homem para a mulher e são comumente reproduzidas pelas próprias figuras femininas ao saberem de algum caso de estupro. No caso como da música analisada poderíamos ouvir falas que apontariam o fato dela estar com um homem ou se estava embriagada. Essas frases sempre partem do pressuposto de que todos os homens estão dispostos a fazer sexo a todo instante e que as mulheres devem sempre proteger-se pois tal comportamento é algo intrínseco a natureza masculina.

Outra questão destacada pela autora é encontrada na letra da música em questão, ao descrever como essa cultura também afeta a mente dos homens, ela comenta que:

Essa mesma cultura do estupro ensina que os homens devem aproveitar toda e qualquer oportunidade de consumação sexual, e, que, muitas vezes, as mulheres que dizem não apenas o dizem porque são ensinadas a não dizer sim na primeira vez, e que cabe a eles 'transformar' aquele não em um sim.

Quando o eu-lírico pressiona a mulher que está se relacionando para fazer sexo com ele com a desculpa de que ela estaria o incitando a tal ato, se configura como um discurso da cultura do estupro. A autora destaca uma questão muito comum dentro das relações contemporâneas que é a necessidade de insistir para que a figura feminina consuma a relação sexual que é implementada dentro da cabeça dos homens. O estupro trata-se uma violência múltipla, ela é moral, física e sexual ao mesmo tempo.

Essa questão deve ser levantada e debatida constantemente dentro do nosso ambiente social uma vez que o Brasil a cada ano bate novos recordes de casos de estupro. No primeiro semestre de 2023 foram registradas mais de 34 mil ocorrências

do crime em nosso país². Tal número é alarmante pois significa que a cada dia centenas de mulheres e meninas são estupradas.

Por essa razão acreditamos que as críticas voltadas a canções como a analisada em questão são extremamente relevantes e válidas. Entender a maneira como a cultura do estupro está presente em nossa sociedade é de suma importância para podermos nos conscientizar desse ato e tentar diminuir o número de casos do crime em nosso país.

É ainda mais alarmante observar a maneira como esse crime é incitado em canções que são tão populares em nosso país, o que mostra a maneira como determinados produtos culturais como esse também refletem o lado negativo do Brasil. Vale ressaltar que muitos desses comportamentos como as regras de conduta são feitos de forma inconsciente devido a maneira como a questão patriarcal está enraizada em nosso pensamento. Portanto o aprofundamento desse problema deve ser constantemente alimentado e levado a novos locais.

4.3. O lirismo brasileiro numa perspectiva da violência

Em um instante final gostaríamos de analisar uma música extremamente popular no sertão brasileiro durante a década de 90. Cantada pela dupla Tonico e Tinoco e intitulada Cabocla Tereza, essa canção foi tocada em diversos locais em nosso país por vários anos e até hoje guarda popularidade. Atentemo-nos a sua letra:

Lá no alto da montanha
Numa casinha estranha
Toda feita de sapê
Parei numa noite à cavalo
Pra mór de dois estalos
Que ouvi lá dentro bater

Apeei com muito jeito
Ouvi um gemido perfeito
E uma voz cheia de dor
Vancê, Tereza, descansa
Jurei de fazer a vingança
Pra morte do meu amor

Pela réstia da janela

Por uma luzinha amarela
De um lampião quase apagando
Vi uma cabocla no chão
E um cabra tinha na mão
Uma arma alumiando

Virei meu cavalo a galope
Risquei de espora e chicote
Sangrei a anca do tar
Desci a montanha abaixo
Galopando meu macho
O seu doutor foi chamar

Vortemo lá pra montanha
Naquela casinha estranha

² Informações do site Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/numero-de-estupros-aumenta-149-no-brasil-com-34-mil-em-seis-meses>

Eu e mais seu doutor
Topemo o cabra assustado
Que chamando nós prum lado
E a sua história contou

Há tempo eu fiz um ranchinho
Pra minha cabocla morar
Pois era ali nosso ninho
Bem longe deste lugar

No arto lá da montanha
Perto da luz do luar
Vivi um ano feliz
Sem nunca isso esperar

E muito tempo passou
Pensando em ser tão feliz

Mas a Tereza, doutor
Felicidade não quis

O meu sonho nesse oiá
Paguei caro o meu amor
Pra mór de outro caboclo
Meu rancho ela abandonou

Senti meu sangue fervê
Jurei a Tereza matar
O meu alazão arriei
E ela eu foi percurar

Agora já me vinguei
É esse o fim de um amor
Essa cabocla eu matei
É a minha história, doutor

Como é possível observar, ela segue uma narrativa similar a primeira canção apresentada, de maneira que aproxima-se da crônica e não possui quase repetições em sua estrutura. O que a torna mais próxima a uma cultura popular são suas marcas de fala, de maneira que tenta chegar mais perto da população do sertão ao imitar a sua forma de falar. Mas devemos nos atentar a letra e a maneira como essa narrativa é construída.

É possível extrair diversas discussões dessa canção, mas iremos focar na maneira como a violência contra a mulher está presente nas linhas. O eu-lírico narra uma história de vingança à “honra” de um homem, em que culmina na morte de uma mulher, que dá título à música. Nesse caso, diferenciando-se do anterior, não há qualquer apologia à metáfora, a história é contada de forma crua pelo narrador.

Tais fatores mostram a maneira como a sociedade não reproduz determinados discursos em músicas por conta do subtexto, pois a história contada pela música não necessita de interpretação para mostrar-se enquanto um claro sinal de violência contra a mulher. O que é preocupante é a maneira como tais discursos normalizam a agressão contra a mulher e por vezes acabam tendo um reflexo direto em nosso meio social.

O relato da canção pode ser classificado enquanto feminicídio, um crime existente em nossas leis atualmente. Campos (2015) afirma que:

o femicídio é o assassinato de mulheres por razões associadas a seu gênero. É a forma mais extrema da violência baseada na inequidade de gênero, esta entendida como a violência exercida pelos homens contra as mulheres em seu desejo de obter poder, dominação ou controle (p. 3).

Portanto, esse crime se difere do homicídio por se tratar de um ato motivado por questões de *gênero*. A canção da dupla sertaneja supracitada ilustra claramente a necessidade da formação de tal lei. No caso, a morte da cabocla Tereza vem pelo fato de que o narrador (homem) não aceita sua partida e a vê enquanto sua propriedade, o que justifica sua morte.

Indo além na análise, percebemos também a maneira como o narrador se confessa para homens, pois sabe que eles “entendem” seus atos. Ademais, a própria música possui um tom melancólico colocando o próprio assassino enquanto vítima ou inocente pois seus acredita que seus atos são justificados pelas ações da mulher. Essas questões também são um reflexo da sociedade patriarcal e da ideia de posse masculina discutida por Engel e apresentada anteriormente.

Essa questão é ainda mais evidente quando o narrador comenta que queria apenas ser feliz, mas quem se opôs a tal sentimento foi Tereza. Isso mostra o silenciamento das mulheres pelos homens pois, mesmo com sua partida, ele não aceita o fato de que sua companheira não estava feliz e não o desejava por perto. Assim, surge a necessidade de matá-la, de maneira que ela pague pelo seu crime que é de não obedecer ao homem e não ficar onde ele desejava.

É interessante pensar em um contexto histórico que essa música foi lançada antes da aprovação da lei do feminicídio. Tal regra foi adotada pelo governo Dilma em 2014, apesar de já estar sendo construída a muitos anos. O código foi visto como uma continuação da Lei Maria da Penha de forma que:

“[...] a lei [Maria da Penha] deve ser vista, no entanto, com um ponto de partida, e não de chegada, na luta pela igualdade de gênero e pela universalização dos direitos humanos. Uma das continuações necessárias dessa trajetória é o combate ao feminicídio” (Brasil, 2013, p. 1003).

Assim, reiteramos a importância dessas medidas por parte do Estado, uma vez que a sociedade como um todo pode transformar aspectos tão importantes como a questão da violência contra a mulher em algo natural. O caso narrado na canção é ficcional, porém, não devemos acreditar que não existam diversos homicídios sofridos por questões de gênero. Sabemos que o papel da mulher dentro de nosso corpo social

é extremamente rebaixado constantemente e isso a torna mais vulnerável para agressões de diversos tipos.

O Laboratório de Estudos de Femicídio aponta que apenas de janeiro a julho do ano passado, foram registrados mais de 1.153 casos, o que mostra como é uma realidade muito presente em nosso país. Em média, três mulheres por dia encontraram o mesmo destino que Tereza. Isso nos mostra também a necessidade da criação e divulgação de leis para punir esses casos, uma vez que mesmo com as medidas tomadas por parte do Estado ainda existem diversas mulheres que sofrem esse crime diariamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprofundar os discursos sobre violência contra a mulher é um desafio. Uma temática tão discutida atualmente, ao trabalharmos novas perspectivas, estamos nos arriscando a adentrar um espaço que já foi trabalhado. Porém, ao analisarmos o que foi construído, podemos afirmar a maneira como ainda há um campo vasto a ser explorado sobre novas perspectivas e cruzamento de antigas.

Quando adentramos as falas proferidas através de canções, uma parte tão importante da nossa sociedade, percebemos a maneira como a possibilidade de análise e interpretação são múltiplas. Para tanto, é possível construir diferentes trabalhos a partir de uma mesma composição, aprofundando conceitos e aspectos diferentes das problemáticas em nossa sociedade.

Assim, conforme foi visto, podemos observar a forma como as músicas são uma faceta cultural de nossa sociedade que pode apresentar discussões problemáticas. Mas devemos sempre apresentar cautela ao tratarmos de tal recurso de nossa cultura, pois suas raízes e desdobramentos são carregados de significados de extrema relevância social e cultural. Porém tais fatores não desvalorizam a necessidade de discussão sobre tais.

A partir dessas análises foi possível entender como a sociedade não apenas está parcialmente refletida em músicas e a maneira como elas se tornam um propagador do discurso patriarcal. Portanto, devemos estar atentos a maneira como nos relacionamos e divulgamos diferentes canções em nosso ciclo social, sem considerar o seu descarte total.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Azevedo, S. F. L. De .. A Ética Da Monogamia E O Espírito Do Feminicídio: Marxismo, Patriarcado E Adultério Na Roma Antiga E No Brasil Atual. **História** (São Paulo), V. 38, P. E2019053, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

Bernaski J, Sochodolak H. História da violência e sociedade brasileira. **Ofic Hist.** 2018;11(1):43-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2018.1.24181>

Boas, F. (1858-1942). **A Mente Do Ser Humano Primitivo**. (J. C. Pereira, Trad.). Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

Bourdieu, P. (1930-2002). **A Dominação Masculina**. São Paulo, Sp: Bertrand Brasil, 2002.

Brasil. Comissão Parlamentar Mista De Inquérito. Relatório Final. Brasília: Senado Federal, 2013.

Brasil. Lei N. 12.015, De 7 De Agosto De 2009. Altera o Título Vi Da Parte Especial Do Decreto-Lei Nº 2.848, De 7 De Dezembro De 1940 - Código Penal, E O Art. 1º Da Lei Nº 8.072, Brasília, Df: Diário Oficial Da União, 8 De Agosto De 2009.

Brasil. Lei Nº 11.340, De 7 De Agosto De 2006. Diário Oficial Da União, Brasília, Df, 7 Ago. 2006.

Buarque, C. (Composição). Geni E O Zepelim. No Álbum “Chico Buarque De Hollanda Vol. 4”. Gravadora: Philips, 1970.

Calazans, M.; Cortes, I. O Processo De Criação, Aprovação E Implementação Da Lei Maria Da Penha. In: Campos, C. H. (Org). **Lei Maria Da Penha Comentada Em Uma Perspectiva Jurídico-Feminista**. Rio De Janeiro: Editora Lumem Juris, 2011.

Chartier, Roger, “Cultura Popular”: Revisitando Um Conceito Historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio De Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Vol. 8, N.16, 1995, P. 179-180.

Chauí, Marilena. “Participando Do Debate Sobre Mulher E Violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. E Heilborn, Maria Luiza (Org.). **Perspectivas Antropológicas Da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

De Jesus, C. C.; Almeida, I. F. O Movimento Feminista E As Redefinições Da Mulher Na Sociedade Após A Segunda Guerramundial. Boletim Historiar, N. 14, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/5439>. Acesso Em: 25 Fev. 2024.

Engels, Friedrich. A Origem Da Família, Da Propriedade Privada E Do Estado: Em Conexão Com As Pesquisas De Lewis H. Morgan. Tradução de Nélío Schneider. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

Fischer, Luís Augusto. Como Ensinar O Que Aprendi Sem Perceber. In: Fischer, Luís Augusto; Leite, Carlos Augusto Bonifácio. **O Alcance Da Canção: Estudos Sobre Música Popular**. Porto Alegre: Arquipélago, 2016. P. 10-29.

GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. São Paulo: UNESP, 1990. P. 9-90.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2003.

Hein De Campos, C. Femicídio No Brasil: Uma Análise Crítico-Feminista. **Sistema Penal & Violência**, Volume 7, Número 1, P. 103-115, Janeiro-Junho De 2015. Porto Alegre.

Nascimento, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado**. - 3. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

Israel & Rodolfo. (Compositores). Dar Uma Namorada. No Álbum “Marca Evidente”. Gravadora: Som Livre, 2013.

Kramer, Heinrich; Sprenger, James. **O Martelo Das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. Introdução De Rose Marie Muraro. Prefácio De Carlos Byington. 1. Ed. Rio De Janeiro: Bestbolso, 2015.

Lerner, Gerda. **A Criação Do Patriarcado**: História Da Opressão Das Mulheres Pelos Homens. Tradução de Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

Martins, L. C. P., Hedlund, M. S., & Hauser, E. E. Liberdade Sexual, Emancipação Feminina E Objetificação De Corpos Nas Redes Virtuais De Interação. In: **Salão Do Conhecimento**, 2020.

Pasinato, W.. Oito Anos De Lei Maria Da Penha.. **Revista Estudos Feministas**, V. 23, N. 2, P. 533–545, Maio 2015.

Raminelli, R. J. Eva Tupinambá. In: Mary Del Priore. (Org.). **História Das Mulheres No Brasil**. São Paulo: Unesp, 2007.

Sousa, Renata Floriano De. Cultura Do Estupro: Prática E Incitação À Violência Sexual Contra Mulheres. **Revista Estudos Feministas** [Online]. 2017, V. 25, N. 1 [Acessado 10 Março 2024], Pp. 9-29. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>>. Issn 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.

Tinoco; Tunico. (Compositores). Cabocla Tereza. No Álbum "Os Grandes Sucessos De Tonico E Tinoco". Gravadora: Continental, 1970.

Trevisan, João Silvério. **Devassos No Paraíso**. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.